

SUMÁRIO

EDITAL SISTEMATIZADO.....	37
DICAS PARA PREPARAÇÃO ESPECÍFICA AO CARGO DE ANALISTA DO TRT.....	45
1. Introdução.....	45
1.1. Plano infalível.....	45
1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação.....	46
1.3. Exercícios físicos durante a preparação para o concurso.....	46
1.4. Sono, descanso e lazer.....	47
2. Preparação específica.....	48
2.1. Pergunta clássica: quantas horas diárias de estudo são necessárias para aprovação?.....	48
2.2. Planilha e organização de estudos.....	48
2.2.1. Planilha – Dedicação exclusiva aos estudos.....	49
2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos.....	50
2.2.3. Monte a sua própria planilha.....	51
2.3. Dedicação às matérias do concurso para Analista do TRT e as bancas examinadoras (CESPE e FCC).....	51
2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona?.....	52
2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso.....	53
2.5.1. Redes sociais e preparação para o concurso.....	54
2.6. Cursos preparatórios.....	54
2.6.1. Cursos presenciais.....	55
2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos on-line.....	55
3. Bibliografia básica para o concurso de Analista do TRT.....	56
4. Momento em que o estudante decide desistir do concurso.....	57
CAPÍTULO I	
A REFORMA TRABALHISTA.....	59
1. Histórico.....	59
2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho.....	61
3. Reforma trabalhista e direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – (Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23 do TST).....	68
4. Impactos das diversas alterações legislativas após a reforma trabalhista.....	72
5. Exercícios para memorização – A reforma trabalhista.....	75
5.1. Grupo Econômico.....	75
5.2. Tempo à disposição.....	75
5.3. Integração do direito do trabalho.....	76
5.4. Sócio Retirante.....	76
5.5. Prescrição.....	76
5.5.1. Prescrição Intercorrente.....	76
5.6. Multa por ausência de registro.....	76
5.7. Multa por informações incompletas no registro de empregados.....	76
5.8. Horas in itinere.....	76
5.9. Regime de tempo parcial.....	77
5.10. Compensação de jornada e banco de horas.....	77
5.11. Jornada 12x36.....	77
5.12. Exigências legais da compensação e prestação de horas extras habituais.....	77
5.13. Horas suplementares em atividades insalubres.....	77
5.14. Prorrogação de jornada de trabalho por necessidade imperiosa.....	77
5.15. Empregados não submetidos à limitação de jornada.....	77

5.16. Intervalo intrajornada.....	78
5.17. Teletrabalho	78
5.18. Fracionamento das férias individuais	79
5.19. Dano extrapatrimonial.....	79
5.20. Afastamento da gestante e da lactante de atividades insalubres.....	79
5.21. Intervalos para amamentação	80
5.22. Trabalho autônomo.....	80
5.23. Trabalho intermitente	80
5.24. Empregado “hipersuficiente”	80
5.25. Sucessão trabalhista	80
5.26. Regulamentação do trabalho intermitente	80
5.27. Uniformes.....	81
5.28. Salário e remuneração	81
5.29. Salário <i>in natura</i>	81
5.30. Equiparação salarial	81
5.31. Reversão e gratificação de função	82
5.32. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho	82
5.33. Dispensa em massa	82
5.34. Plano de demissão voluntária	82
5.35. Dispensa por justa causa.....	82
5.36. Distrato.....	83
5.37. Arbitragem individual	83
5.38. Quitação anual de obrigações trabalhistas.....	83
5.39. Da representação dos empregados.....	83
5.40. Facultatividade da contribuição sindical	84
5.41. Valorização do negociado	84
5.42. Limites ao negociado	85
5.43. Ultratividade das normas coletivas.....	85
5.44. Prevalência do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho.....	85
5.45. Reajuste das multas administrativas.....	86
5.46. Terceirização da atividade-fim	86
5.47. Condições de trabalho e salário equivalente	86
5.48. Quarentena da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	86
5.49. Quarentena do empregado terceirizado.....	86
5.50. Lei do FGTS (Lei nº 8.036/90).....	86
6. Questões dissertativas e estudos de caso.....	89

CAPÍTULO II

DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO E DIREITOS HUMANOS DO TRABALHO	97
1. Introdução	97
2. Direitos constitucionais dos trabalhadores.....	98
3. Direitos constitucionais dos trabalhadores nas suas relações coletivas de trabalho.....	117
4. Direitos Humanos do Trabalho e da Empresa.....	124
4.1. Trabalho decente	124
4.2. Agenda 2030 da ONU e o compromisso com o trabalho decente.....	126
4.3. Princípios de Ruggie e a responsabilidade empresarial em matéria de direitos humanos	129
4.4. Igualdade de oportunidade e combate à discriminação nas relações de trabalho	130
4.5. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas).....	133
5. A escolha do novo Papa Leão XIV em maio de 2025 e os direitos sociais.....	136

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	137
1. Introdução ao direito do trabalho	137
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho	138
2. Fontes do direito do trabalho.....	139
2.1. Fontes materiais.....	139
2.2. Fontes formais.....	140
2.2.1. Fontes formais autônomas	140
2.2.2. Fontes formais heterônomas.....	142

2.2.3.	Hierarquia das fontes formais	144
2.2.3.1.	Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	144
2.2.4.	Conflito entre fontes formais	145
3.	Integração	147
3.1.	Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista).....	148
3.2.	Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista).....	149
3.2.1.	Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs.....	150
4.	Princípios do Direito do Trabalho.....	152
4.1.	Princípio da proteção ao trabalhador	153
4.1.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador.....	154
4.1.2.	<i>In dubio pro operario</i>	155
4.1.3.	Norma mais favorável	155
4.1.3.1.	Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista)	156
4.1.4.	Condição mais benéfica.....	157
4.1.4.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da condição mais benéfica	157
4.2.	Princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	158
4.2.1.	Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	158
4.3.	Princípio da primazia da realidade.....	159
4.3.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade	159
4.4.	Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	160
4.4.1.	Impactos das medidas trabalhistas excepcionais da pandemia no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado	160
4.5.	Princípio da continuidade da relação de emprego.....	161
4.5.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego .	162
4.6.	Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas.....	162
5.	Flexibilização do Direito do Trabalho	164
5.1.	Hipóteses de flexibilização	165
5.2.	<i>Lay off</i>	168
5.2.1.	Qualificação profissional (art. 476-A, CLT).....	168
5.3.	Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas.....	169
6.	Renúncia e transação	174
7.	Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT)	178
7.1.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa	179
7.2.	Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia.....	180
7.3.	Consequências da conciliação firmada perante a CCP	180
8.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	182
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	194
CAPÍTULO IV		
SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO.....		197
1.	Empregado.....	197
1.1.	Requisitos da relação empregatícia	197
1.1.1.	Alteridade	200
1.1.2.	Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista).....	201
1.2.	Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	204
1.2.1.	Exclusividade	204
1.2.2.	Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista).....	204
1.2.3.	Profissionalidade	206
2.	Carteira de trabalho e previdência social.....	206
2.1.	Carteira de Trabalho Digital.....	207
2.2.	Informações obrigatórias na CTPS	209
2.3.	Valor das anotações da CTPS.....	210
2.4.	Anotação em CTPS.....	211
2.4.1.	Anotações gerais e anotações especiais	212
2.4.2.	Anotações sobre a remuneração	213
2.4.3.	Apresentação da CTPS	214
2.4.4.	Registros eletrônicos equivalentes às anotações.....	214

2.4.5.	Prazo para acesso às informações de anotação.....	214
2.4.6.	Multa pelo descumprimento do dever de anotação.....	215
2.4.7.	Vedação de anotações desabonadoras.....	215
2.4.8.	Falta de anotação da CTPS e a não configuração de dano moral in re ipsa (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 60 do TST)	216
2.5.	CTPS do adolescente	217
2.6.	Registro de empregados.....	217
2.6.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista)	218
2.6.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista)	220
2.7.	Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT)	222
2.8.	Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais na contratação do empregado.....	222
3.	Relações empregatícias especiais	223
3.1.	Empregado rural	223
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural.....	224
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais.....	224
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73).....	227
3.1.4.	Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural.....	228
3.2.	Empregado doméstico	229
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico	232
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015.....	235
3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação.....	235
3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial	238
3.2.2.3.	Períodos de descanso	239
3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho	242
3.2.2.4.1.	Trabalho intermitente e empregado doméstico	244
3.2.2.5.	Remuneração	245
3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher.....	246
3.2.2.7.	FGTS	247
3.2.2.8.	Seguro-desemprego.....	249
3.2.2.9.	Aviso-prévio	251
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho.....	252
3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT	256
3.2.2.12.	Papel da fiscalização do Trabalho	256
3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito	257
3.3.	Empregado público	264
3.3.1.	Introdução.....	264
3.3.2.	Regime jurídico único (ADI 2135/DF).....	265
3.3.3.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público.....	268
3.3.4.	Impossibilidade de transposição de regime celetista para estatutário (ADPF 573/PI).....	270
3.3.5.	Estabilidade do empregado público	270
3.3.5.1.	Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF)	271
3.3.5.2.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	274
3.4.	Trabalho infantil	277
3.4.1.	Doutrina de proteção integral e da prioridade absoluta	279
3.4.2.	Trabalho proibido	280
3.4.3.	Piores formas de trabalho infantil	280
3.4.4.	Trabalho infantil artístico.....	281
3.4.5.	A atuação do Ministério Público do Trabalho	282
3.5.	Proteção do trabalho do Adolescente	282
3.5.1.	Jornada de trabalho do adolescente.....	283
3.5.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente	285
3.5.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente	286
3.5.4.	Das férias	287
3.5.5.	Do salário.....	287
3.5.6.	Da prescrição	287

3.5.7. Meio Ambiente de Trabalho	288
3.6. Aprendiz	289
3.6.1. Contrato de trabalho especial	290
3.6.2. Prazo para o contrato de aprendizagem	291
3.6.3. FGTS	291
3.6.4. Obrigatoriedade na contratação de aprendizes	291
3.6.4.1. Inclusão de motoristas e cobradores no cálculo da cota de aprendizagem (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 66).....	292
3.6.5. Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas.....	292
3.6.6. Jornada de trabalho do aprendiz	293
3.6.7. Vínculo empregatício do aprendiz	293
3.6.8. Extinção do contrato de aprendizagem.....	294
3.7. Proteção do trabalho da Mulher.....	295
3.7.1. Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23).....	295
3.7.2. Proteção à maternidade	298
3.7.2.1. Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista)	300
3.7.2.2. Licença-maternidade	302
3.7.2.2.1. Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF).....	305
3.7.2.2.2. Licença-maternidade da mãe não gestante (Tema 1072 da repercussão geral).....	306
3.7.2.2.3. Tema correlato: Licença-paternidade (ADO nº 20/DF).....	307
3.7.2.3. Estabilidade da gestante	308
3.7.2.3.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado	309
3.7.2.3.1.1. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?	310
3.7.2.3.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	311
3.7.2.3.2.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	312
3.7.2.3.3. Exigência de certidão de nascimento do filho	314
3.7.2.3.4. Efeitos da dispensa da gestante	315
3.7.2.3.5. Estabilidade da gestante na redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	316
3.7.3. Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	317
3.7.3.1. Do apoio à parentalidade na primeira infância	317
3.7.3.1.1. Reembolso-Creche	318
3.7.3.1.2. Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos	318
3.7.3.2. Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	318
3.7.3.3. Das medidas para qualificação de mulheres.....	318
3.7.3.4. Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade.....	319
3.7.3.4.1. Da suspensão do contrato de trabalho de pais empregados.....	319
3.7.3.4.2. Das alterações no Programa Empresa Cidadã	319
3.7.3.5. Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho	320
3.7.3.6. Do Selo Emprega + Mulher	321
3.7.3.7. Alterações na CLT	321
3.7.4. Meio ambiente de trabalho	321
3.7.4.1. Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	323
3.7.4.1.1. Salário-maternidade estendido	325
3.7.4.2. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022).....	326
3.7.4.3. Revistas íntimas	326
3.7.4.4. Fim do Intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista)	328
3.8. Mãe Social	329
3.9. Proteção do trabalho da pessoa com deficiência	331
3.9.1. Quem é a pessoa com deficiência?	331
3.9.2. As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991)	333
3.9.3. Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	333

3.9.4.	Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo	334
3.9.4.1.	O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	335
3.9.5.	Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência	336
4.	Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício	337
4.1.	Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista	337
4.2.	Trabalhador eventual.....	339
4.3.	Trabalhador avulso	339
4.3.1.	Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013)	339
4.3.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	343
4.4.	Trabalhador voluntário	344
4.5.	Cooperado	345
4.6.	Estagiário.....	348
4.6.1.	Introdução.....	348
4.6.2.	Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	349
4.6.3.	Conceito de estágio	349
4.6.4.	Requisitos para existência do estágio regular.....	349
4.6.5.	Agentes de integração.....	350
4.6.6.	Partes envolvidas no estágio	350
4.6.6.1.	Instituição de ensino.....	351
4.6.6.2.	Parte concedente	351
4.6.6.3.	Estagiário.....	351
4.6.7.	Fraude no estágio.....	354
5.	Empregador	355
5.1.	Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus	356
5.2.	Grupo econômico	357
5.2.1.	Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista).....	357
5.2.2.	Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico.....	359
5.2.3.	Contrato único	360
5.3.	Sucessão de empresas	360
5.3.1.	Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista)	362
5.3.2.	Sucessão em grupo econômico	363
5.3.3.	Sucessão na Nova Lei de Falência.....	363
5.3.4.	Sucessão entre entes de Direito Público	364
5.3.5.	Sucessão em razão da privatização	364
5.4.	Sócio retirante (Reforma Trabalhista)	365
5.4.1.	Responsabilidade do sócio retirante	365
5.5.	Poderes do empregador	366
5.5.1.	Poder de organização	367
5.5.1.1.	Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista)	368
5.5.1.2.	Quando o empregador deve fundamentar suas decisões?.....	369
5.5.2.	Poder de controle.....	372
5.5.2.1.	Limitação do uso de banheiros.....	372
5.5.2.2.	Correio eletrônico.....	375
5.5.2.3.	Revistas íntimas	376
5.5.2.4.	Revistas pessoais.....	377
5.5.2.5.	Fiscalização por câmeras.....	378
5.5.2.6.	Uso de polígrafo (detector de mentiras).....	378
5.5.2.7.	Programas espiões de controle de atividade.....	378
5.5.2.8.	Restrições ao porte e uso do celular.....	379
5.5.2.9.	Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados	381
5.5.3.	Poder disciplinar.....	381
5.5.3.1.	Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	382
5.5.4.	Reintegração	384
5.5.4.1.	Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego	385
5.5.4.2.	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST).....	388
5.5.4.3.	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho).....	388

6. Terceirização	389
6.1. Introdução	389
6.2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista).....	391
6.2.1. Súmula nº 331 do TST	392
6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	393
6.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	394
6.2.3.1. Decisões vinculantes do STF sobre a terceirização da atividade-fim (ADPF 324/ DF e RE 958.252/MG – paradigma do Tema 725).....	395
6.2.4. Direito intertemporal.....	396
6.2.5. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços	396
6.2.6. Fraude na terceirização	397
6.2.7. Críticas à nova legislação	398
6.2.8. Quarteirização.....	398
6.2.9. A Constitucionalidade de outras formas de contratação distintas da CLT (ADPF 324/DF, Tema 725, ADC 48/DF, ADI 3.961/DF e ADI 5.625/DF)	399
6.2.10. Tema 1389 e a suspensão de ações trabalhistas que discutem “pejotização” pelo STF.....	401
6.3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	403
6.4. Requisitos do contrato de terceirização	403
6.5. Responsabilidade da tomadora	404
6.5.1. A natureza comercial do transporte de cargas e a não responsabilização da contratante	405
6.5.2. Direito dos terceirizados.....	406
6.5.3. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista)	406
6.5.3.1. Súmula nº 331 do TST	407
6.5.3.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	407
6.5.3.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	408
6.5.4. Salário equivalente.....	409
6.6. “Quarentena” e reforma trabalhista	410
6.6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros	410
6.6.1.1. Súmula nº 331 do TST	410
6.6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	411
6.6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	411
6.6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado.....	412
6.6.2.1. Súmula nº 331 do TST	412
6.6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	412
6.6.2.3. Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	412
6.7. Terceirização na Administração Pública	413
6.7.1. Fraude na terceirização da Administração Pública	413
6.7.2. Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas	415
6.7.3. Tema 1118 da Repercussão geral – ônus da prova na terceirização na administração pública	416
6.7.4. Terceirização na “Nova Lei de Licitações” (Lei nº 14.133/2021)	417
7. Dono da obra e subempreitada	418
8. Trabalho temporário.....	421
8.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação.....	422
8.2. Trabalho temporário e a contratação no período de greve	424
8.3. Empresa de trabalho temporário	425
8.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário	425
8.4. Empresa tomadora de serviços	426
8.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços	427
8.6. Condições de trabalho.....	428
8.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário	428
8.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços.....	429
8.9. Prazo do trabalho temporário	430
8.10. Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva.....	430
8.11. Responsabilidade do tomador dos serviços.....	431

8.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários	432
8.12.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	433
8.12.1.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF)	434
8.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário	434
9. Questões dissertativas e estudos de caso	435
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	455

QUESTÕES

CAPÍTULOS III E IV	459
1. Questões com gabarito comentado	459
2. Exercícios para memorização	510
3. Gabaritos	513
3.1. Exercícios de memorização	513

CAPÍTULO V

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	517
1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego	517
2. Características do contrato de trabalho	519
3. Elementos do contrato de trabalho	521
3.1. Nulidades do contrato de trabalho	522
3.1.1. Trabalho proibido	522
3.1.2. Trabalho ilícito	523
3.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	524
3.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista	525
3.2.2. Hipóteses de tratamento de dados	526
3.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes	528
3.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho	528
3.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual	529
3.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho	529
3.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho	530
3.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais	530
3.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho	531
4. Classificação dos contratos de trabalho	532
4.1. Contrato por prazo determinado	533
4.2. Hipóteses previstas na CLT	533
4.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos)	535
4.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado	535
4.4. Nova contratação	536
4.5. Término do contrato por prazo determinado	537
4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015)	540
4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT)	541
4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	542
4.6.1. Características	543
4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	543
4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	544
4.7.2. Conceito de trabalho intermitente	544
4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas	546
4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores	546
4.7.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADIs 6154, 5826 e 5829)	547
4.8. Regulamentação do trabalho intermitente	547
4.8.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador	549
4.8.2. Multa por descumprimento do acordado	550
4.8.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente	552
5. Alteração do contrato de trabalho	555
5.1. Jus variandi – Alteração unilateral do contrato de trabalho	556
5.2. Reversão	558

5.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista).....	559
5.3.1. Conceito de gratificação.....	559
5.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão ..	559
5.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista	559
5.4. Transferência de empregados.....	561
6. Suspensão e interrupção.....	563
6.1. Hipóteses de interrupção.....	564
6.2. Hipóteses de suspensão.....	566
6.3. Casos controvertidos	569
7. Questões dissertativas e estudos de caso.....	573
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	579
CAPÍTULO VI	
DURAÇÃO DO TRABALHO.....	581
1. Duração do trabalho.....	581
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto.....	581
1.1.1. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	582
1.1.2. Tempo à disposição do empregador	583
1.1.3. Controle de jornada e registro de ponto	586
1.1.4. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional	589
1.1.5. Cartões britânicos.....	589
1.1.6. Registro de ponto por exceção	590
1.2. Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista).....	592
1.2.1. Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23).....	594
1.2.2. Tempo médio das horas <i>in itinere</i>	598
1.2.3. Horas <i>in itinere</i> e petroleiros (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 50 do TST) ..	599
1.3. Sobreaviso e prontidão	600
1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada	601
1.4.1. Gerentes com poderes de gestão.....	602
1.4.2. Atividade externa	603
1.4.2.1. Motoristas profissionais	603
1.4.2.1.1. Jornada de trabalho do motorista profissional	606
1.4.2.1.2. Tempo de espera do motorista	608
1.4.2.1.2.1. Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322	608
1.4.2.1.2.2. Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322	609
1.4.2.1.3. Períodos de descanso do motorista	609
1.4.2.1.3.1. Períodos de descanso do motorista antes da ADI	610
1.4.2.1.3.2. Períodos de descanso do motorista depois da ADI	611
1.4.2.1.4. Modulação de efeitos da Decisão	612
1.4.2.1.5. O que mudou com a ADI 5322?.....	613
1.4.3. Teletrabalho ou trabalho remoto	617
1.4.3.1. Caracterização do teletrabalho	618
1.4.3.1.1. Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista	618
1.4.3.1.2. Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022	618
1.4.3.2. Solenidade para o teletrabalho	619
1.4.3.2.1. Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista	619
1.4.3.2.2. Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022.....	620
1.4.3.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho	620
1.4.3.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial.....	621
1.4.3.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto.....	621
1.4.3.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	622
1.4.3.7. Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022	623
1.4.3.7.1. Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	623
1.4.3.7.2. Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022)	624

1.4.4.7.3. Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022)	624
1.4.3.7.4. Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	626
1.5. Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT).....	627
1.5.1. Salário proporcional.....	629
1.5.2. Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial.....	629
1.5.3. Adicional de horas extras.....	630
1.5.4. Compensação de jornada	632
1.5.5. Férias dos empregados em regime de tempo parcial.....	633
1.5.6. Abono pecuniário de férias.....	634
1.5.7. Direito intertemporal.....	635
1.5.8. Empregado doméstico.....	636
1.6. Turnos ininterruptos de revezamento.....	637
1.7. Trabalho noturno.....	640
1.7.1. Horários mistos.....	642
1.7.2. Prorrogação do horário noturno.....	642
1.8. Jornada do bancário	643
1.8.1. A jornada de trabalho do gerente-geral de agência da Caixa Econômica Federal e o precedente vinculante do TST (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 53 do TST) ..	645
1.8.2. A jornada dos tesoureiros da Caixa Econômica Federal e a tese vinculante nº 86 (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 86)	646
1.8.3. Divisor da hora de salário do bancário.....	646
2. Trabalho extraordinário (REFORMA TRABALHISTA): hipóteses de prorrogação.....	649
2.1. Limite de tolerância (Reforma Trabalhista).....	650
2.1.1. Limite de tolerância no intervalo intrajornada	652
2.2. Rescisão indireta por supressão do intervalo intrajornada e ausência de pagamento das horas extras (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 85)	653
2.3. Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista)	654
2.4. Compensação (Reforma Trabalhista).....	655
2.4.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada	656
2.4.2. Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada.....	657
2.4.3. Banco de horas (Reforma Trabalhista)	658
2.4.4. Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista).....	660
2.4.4.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres.....	661
2.5. Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista)	662
2.5.1. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36	665
2.5.2. Trabalho no DSR e feriados	665
2.5.3. Trabalho noturno em jornada 12 x 36.....	666
2.5.4. Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico.....	667
2.5.5. A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade	668
2.6. Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista).....	669
2.6.1. Força maior.....	670
2.6.2. Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos	671
2.7. Recuperação de horas.....	672
3. Período de descanso	673
3.1. Intervalos	674
3.1.1. Intervalo intrajornada	674
3.1.1.1. Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	676
3.1.1.2. Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	679
3.1.1.3. Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	681
3.1.1.4. Intervalos remunerados.....	682
3.1.2. Intervalo interjornada	686
3.2. DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)	688
3.2.1. Atestados médicos no Direito do Trabalho.....	690
3.2.2. Trabalho no DSR e feriados	691
3.2.2.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral..	693
3.2.2.1.1. Autorização transitória	694

3.2.2.1.2. Autorização permanente	695
3.2.2.2. Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral.....	696
3.2.2.3. Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres	697
3.2.3. Consequências do trabalho no DSR.....	697
3.2.4. Remuneração do DSR.....	699
3.2.4.1. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST.....	700
3.3. Feriados.....	702
3.4. Férias.....	703
3.4.1. Introdução.....	703
3.4.2. Período aquisitivo.....	703
3.4.3. Duração do período de férias	704
3.4.4. Perda do direito de férias	705
3.4.5. Período concessivo.....	705
3.4.6. Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)	707
3.4.6.1. Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos.....	708
3.4.7. Remuneração das férias.....	708
3.4.8. Abono pecuniário de férias.....	710
3.4.9. Férias concedidas após o período concessivo	711
3.4.9.1. ADPF nº 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST	713
3.4.10. Férias do professor	714
3.4.11. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais.....	715
3.4.12. Prescrição	718
3.4.13. Férias coletivas	718
4. Questões dissertativas e estudos de caso.....	719
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	731
QUESTÕES	
CAPÍTULOS V E VI.....	737
1. Questões com gabarito comentado.....	739
2. Exercícios para memorização.....	829
3. Gabaritos.....	830
3.1. Exercícios para memorização	830
CAPÍTULO VII	
REMUNERAÇÃO.....	831
1. Salário e remuneração	831
1.1. Gorjetas	831
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos	831
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017.....	832
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	832
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”)	833
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.....	833
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada).....	833
1.1.7. Gueltas	834
1.2. Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo.....	835
1.2.1. Salário mínimo do professor.....	837
1.2.2. Salários profissionais e normativos	838
1.2.3. Piso salarial nacional da enfermagem.....	838
1.3. Salário compossivo	841
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista).....	842
2.1. Comissões e percentagens	844
2.1.1. Precedente vinculantes do TST sobre comissões (Incidentes de Recurso de Revista Repetitivo nº 56, 57 e 65 do TST).....	846
2.1.2. Época do pagamento das comissões e percentagens	847
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista).....	847
2.2.1. Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista).....	849

2.2.2.	Gratificação por tempo de serviço	853
2.2.3.	Gratificação semestral	853
2.3.	Décimo terceiro salário	854
2.3.1.	Décimo terceiro proporcional	855
2.4.	Outras parcelas salariais	856
2.5.	Adicionais salariais	858
2.5.1.	Adicional de hora extraordinário.....	858
2.5.1.1.	Introdução.....	858
2.5.1.2.	Rescisão indireta por supressão do intervalo intrajornada e ausência de pagamento das horas extras (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 85).....	861
2.5.2.	Adicional noturno.....	862
2.5.3.	Adicional de transferência	863
2.5.4.	Adicional de periculosidade.....	865
2.5.4.1.	Atividades perigosas.....	865
2.5.4.2.	Base de cálculo	868
2.5.4.3.	Necessidade de perícia	869
2.5.4.4.	Cumulação do adicional de periculosidade.....	870
2.5.4.5.	Da flexibilização do adicional de periculosidade	872
2.5.5.	Adicional de insalubridade	874
2.5.5.1.	Base de cálculo	876
2.5.5.2.	Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	877
2.5.5.3.	Reflexo nas demais parcelas.....	879
2.5.5.4.	Ambientes insalubres e horas extras.....	880
2.5.5.5.	Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho	881
2.5.5.6.	Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	882
2.5.6.	Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF)	883
3.	Parcelas sem natureza salarial.....	885
3.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR	885
3.1.1.	E se a empresa não tiver lucro?	887
3.1.2.	Se o trabalhador não bater a meta / atingir os objetivos dispostos em ACT ou CCT?.....	887
3.1.3.	PLR proporcional.....	888
3.1.4.	Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada?.....	888
3.2.	Ajuda de custo	889
3.3.	Diárias para viagem (Reforma Trabalhista).....	889
3.4.	Vale-transporte	890
3.4.1.	Desconto no salário do empregado.....	890
3.4.2.	Natureza jurídica da parcela.....	891
3.4.3.	Vale-transporte nas férias e faltas do empregado	891
3.4.4.	Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso	892
3.4.5.	Declaração falsa e mau uso do vale-transporte	892
3.4.6.	Ônus da prova	892
3.5.	Salário-família	893
3.5.1.	Carência	893
3.5.2.	Valor do benefício	894
3.5.3.	Cessação do benefício.....	894
3.6.	PIS/PASEP.....	895
3.7.	Abonos (Reforma Trabalhista)	896
3.8.	Prêmios (Reforma Trabalhista)	897
3.9.	Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista).....	897
3.10.	Seguro-desemprego.....	899
3.10.1.	Suspensão e cancelamento do pagamento do seguro-desemprego.....	901
4.	Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	901
4.1.	Natureza jurídica da utilidade	903
5.	Da forma, do tempo e do local do pagamento	906
6.	Garantias de proteção ao salário	908
6.1.	Irredutibilidade salarial	910
6.2.	Intangibilidade salarial	911

6.3. Vedação ao truck system.....	913
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial.....	914
6.5. Proteção em face dos credores	914
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista)	915
7.1. Requisitos da equiparação salarial	916
7.1.1. Identidade de empregadores	917
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador	918
7.1.3. Identidade de funções	920
7.1.4. Trabalho de igual valor	920
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos.....	921
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários	922
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento	923
7.2. Trabalhador readaptado	923
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública	924
7.4. Equiparação salarial em cadeia	926
7.5. Multa por conduta discriminatória.....	927
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição.....	930
8. Acúmulo de função e desvio de função	931
8.1. Acúmulo de função	932
8.2. Desvio de função	934
8.3. Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função	937
9. Questões dissertativas e estudos de caso.....	938
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	944
CAPÍTULO VII	
ESTABILIDADE E FGTS	939
1. Introdução	953
2. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do stf sobre a convenção 158 da OIT	954
2.1. Causa justificada e justa causa	954
2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	955
2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39.....	956
3. Estabilidade por tempo de serviço.....	957
4. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias	958
4.1. Dirigente sindical.....	958
4.2. Empregada gestante	962
4.2.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado.....	965
4.2.1.1. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?.....	966
4.2.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	967
4.2.2.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	967
4.2.3. Exigência de certidão de nascimento do filho.....	970
4.2.4. Efeitos da dispensa da gestante.....	970
4.2.5. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres	972
4.2.6. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	973
4.3. Empregado representante da CIPA.....	974
4.4. Empregado acidentado.....	976
4.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP	978
4.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	978
4.7. Outras hipóteses	980
4.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social	980
4.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	980
4.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	980
4.7.4. Empregado público.....	980
5. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	981
5.1. Introdução	981

5.2. Impossibilidade de pagamento de FGTS direto ao empregado (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 68)	982
5.2.1. O pagamento direto ao empregado e suas consequências para o empregador	983
5.3. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS.....	984
5.4. Trabalhadores com direito ao FGTS	988
5.5. Alíquotas e depósitos	989
5.5.1. Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF).....	991
5.6. Hipóteses de saque dos depósitos	992
5.6.1. Saque do FGTS e desastres naturais	993
5.7. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário	995
5.8. Indenização sobre o FGTS	995
5.9. Prescrição	996
5.10. Rescisão indireta por atraso no FGTS (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 70)	998
6. Questões dissertativas e estudos de caso.....	998
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1002

QUESTÕES

CAPÍTULOS VI E VII.....	987
1. Questões com gabarito comentado.....	1005

CAPÍTULO IX**SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E**

INDENIZAÇÕES	1047
1. Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho).....	1063
1.1. Introdução	1063
1.2. Deveres do empregador.....	1064
1.3. Deveres do empregado	1066
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego.....	1067
1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia	1068
1.4.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)	1070
1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio.....	1071
1.5.1. Objetivos e atribuições da CIPA.....	1072
1.5.2. Constituição e organização da CIPA	1073
1.5.3. Mandato e estabilidade	1075
1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	1077
2. Dano nas relações de trabalho e indenizações.....	1077
2.1. Introdução	1077
2.2. Dano material ou patrimonial	1078
2.3. Dano moral ou extrapatrimonial (Reforma Trabalhista)	1078
2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial	1078
2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial.....	1081
2.3.2.1. Dano imaterial	1082
2.3.2.2. Ação ou omissão e nexos causal	1082
2.3.2.3. Culpa em sentido lato	1083
2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano	1084
2.3.4. Bens jurídicos tutelados	1086
2.3.4.1. Bens juridicamente tutelados da pessoa física	1087
2.3.4.2. Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica.....	1088
2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão	1089
2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais.....	1090
2.3.6.1. Perdas e danos.....	1091
2.3.7. Arbitramento do dano moral	1092
2.3.7.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme à Constituição)	1096
2.4. Dano estético	1097
2.5. Dano moral coletivo.....	1097
2.6. Existe dano moral automático? O que é dano moral <i>in re ipsa</i> ?	1098

2.7.	Assédio nas relações de trabalho	1100
2.7.1.	Assédio moral.....	1101
2.7.2.	Assédio eleitoral.....	1101
2.7.3.	Assédio sexual.....	1103
2.7.3.1.	Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência	1104
2.7.4.	Assédio processual.....	1106
2.8.	Competência para julgar ações envolvendo dano moral.....	1106
3.	Trabalho escravo e degradante	1107
3.1.	Introdução	1107
3.2.	Medidas de combate ao trabalho escravo e degradante na esfera internacional e na legislação brasileira.....	1111
3.3.	Responsabilidade jurídica na constatação do trabalho escravo ou degradante	1113
3.3.1.	Responsabilidade penal.....	1113
3.3.2.	Impactos nas responsabilidades trabalhista e previdenciária	1114
3.3.3.	Responsabilidade administrativa	1115
3.3.4.	Responsabilidade civil.....	1115
3.3.4.1.	Danos morais coletivos.....	1116
3.3.4.2.	Dumping social.....	1117
4.	Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho	1117
4.1.	Introdução	1117
4.2.	Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.....	1118
4.3.	Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho	1118
4.3.1.	Acidente de trabalho.....	1119
4.3.1.1.	Acidente de trabalho típico.....	1119
4.3.1.2.	Acidente de trabalho equiparado.....	1120
4.3.2.	Comunicação de acidente do trabalho – CAT.....	1123
4.3.3.	Nexo de causalidade	1124
4.3.4.	Estabilidade do acidentado.....	1125
4.3.5.	Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador	1126
4.4.	Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho.....	1129
4.4.1.	Dano material e moral	1129
4.4.2.	Perda de uma chance.....	1130
4.4.3.	Indenização por morte da vítima	1130
4.4.4.	Indenização por incapacidade transitória.....	1132
4.4.5.	Indenização por incapacidade permanente (invalidez).....	1132
4.4.6.	Dano estético	1133
4.5.	Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho	1134
5.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	1135
6.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1137

CAPÍTULO X

AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	1123
1. Aviso-prévio	1139
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio	1141
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador.....	1142
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado	1146
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado.....	1146
1.5. Reconsideração do aviso-prévio	1147
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio.....	1147
1.7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1148
2. Término do contrato de trabalho.....	1150
2.1. Resilição	1150
2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT	1150
2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral	1151
2.1.2.1. Pedido de demissão.....	1151
2.1.2.1.1. Pedido de demissão do empregado adolescente	1152
2.1.2.1.2. Pedido de demissão da empregada gestante	1153

2.1.2.2.	Dispensa ou despedida sem justa causa	1155
2.1.2.3.	Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV	1155
2.1.2.3.1.	Natureza jurídica do PDV	1156
2.1.2.3.2.	Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista	1157
2.1.2.3.3.	Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	1157
2.1.2.3.4.	Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista.....	1158
2.1.2.3.5.	Quitação plena e irrevogável.....	1159
2.1.3.	Resilição Bilateral: distrato (Reforma Trabalhista)	1160
2.1.3.1.	Verbas rescisórias devidas no distrato.....	1162
2.1.3.2.	Projeção do aviso prévio indenizado no distrato	1163
2.1.3.3.	Saque dos depósitos do FGTS.....	1164
2.1.3.4.	Seguro-desemprego.....	1164
2.2.	Resolução	1165
2.2.1.	Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT	1165
2.2.2.	Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT.....	1171
2.2.3.	Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST).....	1174
2.3.	Rescisão.....	1176
2.4.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho	1177
2.4.1.	Término do contrato por prazo determinado	1177
2.4.2.	Força maior.....	1179
2.4.2.1.	Dispensa por força maior durante a pandemia	1179
2.4.3.	Morte do empregador – art. 485, CLT	1180
2.4.4.	Aposentadoria	1181
2.4.5.	Fato do príncipe ou factum principis	1182
2.4.5.1.	Fato do príncipe durante a pandemia.....	1182
2.4.6.	Dispensa discriminatória.....	1183
2.4.7.	Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência	1185
2.5.	Reintegração	1187
2.5.1.	Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego	1187
2.5.2.	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST).....	1190
2.5.3.	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho)	1190
2.6.	Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista).....	1191
2.6.1.	Extinção da homologação das verbas trabalhistas	1192
2.6.1.1.	Homologação de acordo extrajudicial.....	1193
2.6.2.	Recibo de quitação das verbas trabalhistas	1194
2.6.3.	Forma de pagamento das verbas rescisórias	1195
2.6.4.	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	1195
2.6.5.	Fim da assistência na rescisão contratual	1196
2.6.6.	Multa do art. 477, § 8º, CLT	1197
2.6.7.	Reconhecimento judicial do vínculo de emprego.....	1198
2.6.8.	Multa do art. 477, § 8º, CLT e a rescisão indireta (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 52)	1198
2.6.9.	Multa do art. 477, § 8º, CLT e a reversão da justa causa (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 71).....	1199
2.6.10.	Administração Pública e massa falida.....	1199
2.6.11.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT.....	1200
2.6.12.	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego.....	1201
2.7.	Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista).....	1201
2.8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1205
3.	Prescrição e decadência.....	1206
3.1.	Prescrição.....	1206
3.1.1.	Prazos prescricionais.....	1207
3.1.2.	Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista)	1208
3.1.3.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista)	1212
3.1.4.	Prescrição do FGTS.....	1214
3.1.5.	Prescrição do avulso	1215
3.1.6.	Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP.....	1216

3.1.7. Prescrição de ofício	1217
3.1.8. Prescrição intercorrente.....	1218
3.1.8.1. Posicionamento dos tribunais antes da Lei	1219
3.1.8.2. Prazo de 2 anos	1220
3.2. Decadência.....	1222
4. Questões dissertativas e estudos de casos	1223
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1235

CAPÍTULO XI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1223
1. Introdução.....	1239
2. Princípios ESPECÍFICOS de direito coletivo do trabalho.....	1240
2.1. Liberdade sindical.....	1240
2.2. Princípio da autorregulamentação.....	1242
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada.....	1244
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência	1247
3. Organização sindical brasileira.....	1248
3.1. Sindicatos	1249
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias.....	1249
3.1.1.1. Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF)	1251
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT.....	1252
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores	1254
3.1.4. Organização do sindicato	1255
3.1.4.1. Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos.....	1255
3.1.4.2. Órgãos do sindicato	1257
3.2. Custeio do sindicato	1260
3.2.1. Contribuição sindical	1261
3.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo	1261
3.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	1262
3.2.1.3. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista.....	1265
3.2.1.4. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	1266
3.2.1.4.1. As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical.....	1267
3.2.1.4.2. As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical.....	1267
3.2.1.5. Empregados sindicalizados – como fica?.....	1269
3.2.1.6. Aspectos processuais.....	1270
3.2.2. Contribuição confederativa	1271
3.2.3. Contribuição assistencial.....	1272
3.2.3.1. Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas	1273
3.2.4. Mensalidade sindical.....	1274
3.3. Federação e confederação.....	1275
3.4. Centrais sindicais	1276
4. Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo.....	1277
4.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista).....	1280
4.1.1. Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado.....	1282
4.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista)	1284
4.2.1. Jornada de Trabalho	1286
4.2.2. Banco de horas.....	1287
4.2.3. Intervalo Intrajornada	1288
4.2.4. Programa Seguro-Emprego.....	1289
4.2.5. Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança	1290
4.2.6. Regulamento de empresa	1292
4.2.7. Representante dos trabalhadores no local de trabalho.....	1292

4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente	1293
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual	1294
4.2.10.	Registro de Jornada	1294
4.2.11.	Troca de dia dos feriados	1295
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade	1295
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres	1298
4.2.14.	Prêmios e incentivos	1299
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa	1300
4.3.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	1302
4.4.	Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenham como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho	1303
4.5.	Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista)	1304
4.5.1.	Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo	1306
4.6.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF)	1307
4.6.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva	1312
4.6.2.	Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS	1313
4.6.3.	Seguro-desemprego	1313
4.6.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1313
4.6.5.	Salário mínimo	1314
4.6.6.	Valor nominal do 13º salário	1314
4.6.7.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno	1314
4.6.8.	Proteção do salário	1315
4.6.9.	Salário-família	1316
4.6.10.	Repouso semanal remunerado	1316
4.6.11.	Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal	1317
4.6.12.	Direito de férias e duração	1318
4.6.13.	Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias	1318
4.6.14.	Licença-paternidade	1319
4.6.15.	Proteção do mercado de trabalho da mulher	1319
4.6.16.	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, 30 dias	1320
4.6.17.	Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego	1321
4.6.18.	Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas	1322
4.6.19.	Aposentadoria	1322
4.6.20.	Seguro contra acidentes de trabalho	1322
4.6.21.	Prescrição	1323
4.6.22.	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência	1324
4.6.23.	Trabalho da criança e adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes	1324
4.6.24.	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso	1325
4.6.25.	Liberdade de associação profissional ou sindical	1326
4.6.26.	Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista	1326
4.6.27.	Direito de greve e serviços essenciais	1327
4.6.28.	Tributos e outros créditos de terceiros	1328
4.6.29.	Proteção do trabalho da mulher	1328
4.6.30.	Regras sobre duração do trabalho e intervalos	1329
4.7.	Negociação coletiva na pandemia (arts. 11 e 17 da Lei nº 14.020/2020)	1330
4.8.	Dispensa em massa (Reforma Trabalhista)	1331
4.9.	Requisitos formais da negociação coletiva	1333
4.10.	Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	1336
4.10.1.	Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST	1337
4.10.2.	Após a alteração da Súmula nº 277 do TST	1339
4.10.3.	Liminar do STF (APDF 323/DF)	1340
4.10.4.	Alteração promovida pela Reforma Trabalhista	1342

4.10.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF)	1342
4.10.6. Sentença normativa	1343
5. Conflitos coletivos de trabalho.....	1345
5.1. Introdução	1345
5.2. Meios de solução de conflitos coletivos de trabalho.....	1346
5.2.1. Autotutela	1347
5.2.2. Autocomposição.....	1347
5.2.3. Heterocomposição	1348
5.2.3.1. Arbitragem (Reforma Trabalhista)	1349
5.2.3.2. Jurisdição	1350
6. Greve	1350
6.1. Introdução	1350
6.2. Interesses defendidos na greve	1352
6.3. Direitos e deveres dos grevistas.....	1354
6.4. Greve em serviços essenciais.....	1354
6.5. Requisitos para o exercício do direito de greve	1355
6.6. Greve no serviço público	1357
7. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista)	1362
7.1. Composição da comissão de representantes.....	1363
7.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados.....	1364
7.3. Eleição dos representantes dos empregados	1365
7.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado.....	1368
7.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes	1368
7.4.2. Guarda de documentos.....	1370
8. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.....	1370
9. Questões dissertativas e estudos de caso.....	1371
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1380
CAPÍTULO XII	
DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO (CONVENÇÕES DA OIT).....	1367
1. Introdução	1383
2. Organização internacional do trabalho	1385
2.1. Definição, natureza jurídica e finalidades.....	1385
2.2. Estrutura tripartite	1387
3. Convenções e recomendações internacionais do trabalho.....	1389
3.1. Natureza jurídica	1389
3.2. Ciclo de vida das convenções e recomendações da OIT	1391
3.2.1. Processo de elaboração e aprovação de uma convenção da OIT	1391
3.2.2. Processo de ratificação e aplicação de uma convenção da OIT	1391
3.2.3. Revisão de uma convenção da OIT	1394
3.2.4. Denúncia de uma convenção da OIT	1394
4. Core obligations e as Convenções Fundamentais da OIT.....	1396
5. Questões dissertativas e estudos de caso.....	1400
QUESTÕES	
CAPÍTULOS IX, X E XI.....	1389
1. Questões com gabarito comentado.....	1405
2. Exercícios para memorização	1458
3. Gabaritos.....	1460
3.1. Exercícios para memorização	1460
ANEXO	
ACOMPANHAMENTO DAS TESES VINCULANTES FIRMADAS PELO TST.....	1445
1. Teses firmadas até 2024.....	1461
Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 1 (tese vinculante nº 1 do TST).....	1461
Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 2 (tese vinculante nº 2 do TST).....	1462
Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 5 (tese vinculante nº 5 do TST).....	1462
Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 6 (tese vinculante nº 6 do TST).....	1463

